

Informe

informe@ofluminense.com.br

IR: empresas devem enviar comprovantes

As empresas e as instituições financeiras têm até sexta-feira (28) para enviar aos contribuintes os comprovantes de rendimentos. Os dados não precisam ser enviados pelos Correios. Os comprovantes podem ser mandados por e-mail, serem baixados na internet ou divulgados em aplicativos para dispositivos móveis. Os documentos de rendimento servem para a Receita Federal cruzar informações e verificar se o contribuinte preencheu dados errados ou sonegou imposto, referentes ao ano passado. Os informes são usados para o preenchimento da declaração do Imposto de Renda (IR) Pessoa Física 2020, cujo prazo de entrega começa na segunda-feira (2).

Marcelo Camargo / Agência Brasil



CNBB lançou nesta quarta-feira a campanha da Fraternidade 2020

Dom e compromisso

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) iniciou, nesta Quarta-Feira de Cinzas, a Campanha da Fraternidade de 2020, tendo por tema Fraternidade e Vida: Dom e Compromisso. De acordo com o secretário-geral da CNBB, dom Joel Portella Amado, a campanha será voltada a chamar a atenção contra atitudes de indiferença e violência em relação à vida. “E, se queremos defender a vida, precisamos defender o diálogo e a democracia. Não podemos abrir mão da vida e, como consequência, da democracia, que depende do equilíbrio sadio dos Três Poderes”, disse nesta quarta (26) dom Joel, no lançamento da campanha.

Volta antecipada a Brasília

O presidente Jair Bolsonaro chegou a Brasília, na tarde desta quarta-feira (26), após passar o feriado de carnaval no Forte dos Andradás, unidade militar no Exército no Guarujá, litoral paulista. Bolsonaro chegou por volta das 15h45 ao Palácio do Alvorada e, como de costume, parou para cumprimentar turistas na entrada da residência oficial. Ele não falou com a imprensa. A previsão inicial, segundo o próprio presidente, era permanecer descansando no Guarujá até esta quinta (27), mas o presidente decidiu antecipar o retorno.

Estimativa de inflação menor

As instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) reduziram a estimativa para a inflação este ano, pela oitava vez seguida. Desta vez, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – a inflação oficial do país – caiu de 3,22% para 3,20%.

Para 2021, a mesma projeção

A informação consta no boletim Focus, pesquisa semanal do BC que traz as projeções de instituições para os principais indicadores econômicos. Para 2021, a estimativa de inflação se mantém em 3,75%. A previsão para os anos seguintes também não teve alterações: 3,50% em 2022 e 2023.

Plano coletivo sem rompimento

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que as operadoras de plano de saúde coletivo não podem romper o contrato de prestação dos serviços durante o tratamento médico. Pela decisão, a cobertura deve valer enquanto os beneficiários estiverem internados ou em tratamento e só pode terminar após a alta médica. O caso julgado pelo STJ envolveu uma operadora que cancelou unilateralmente o plano coletivo de 203 funcionários de uma transportadora, que recorreu à Justiça para manter a continuidade da cobertura.

ProUni: prazo até sexta

Os estudantes selecionados em segunda chamada para o Programa Universidade para Todos (ProUni) têm até sexta-feira (28) para comprovar as informações fornecidas no ato da inscrição. A documentação deve ser apresentada diretamente às instituições de ensino.

2ª chamada para bolsas

As bolsas de estudo não solicitadas serão destinadas aos participantes da lista de espera. O prazo para se inscrever na lista de espera é de 6 a 9 de março e a divulgação será feita no dia 12 de março.

Tesouro direto: queda de 27,6%

A venda de títulos públicos a pessoas físicas somou R\$ 2,047 bilhões em janeiro, informou na quarta (26) o Tesouro Nacional. O valor vendido por meio do programa Tesouro Direto representa queda de 27,6% em relação a janeiro do ano passado, quando haviam sido vendidos R\$ 2,829 bilhões, o maior valor para o mês. O número de investidores ativos somou 1.211.123. Apenas no mês passado, 9.942 participantes passaram a investir em títulos públicos.

Parlamento reage a vídeo repassado por Bolsonaro

Presidente da Câmara e ministro do STF defendem respeito à democracia

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Maia: “criar tensão institucional não ajuda”

Carlos Moura/STF



Mello falou em “crime de responsabilidade”

O Parlamento reagiu ao vídeo divulgado pela imprensa, que teria sido repassado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, convocando manifestações para o dia 15 de março em defesa do governo. Apoia-dores de Bolsonaro marcaram protestos contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu o respeito às instituições e à ordem democrática e afirmou que criar tensão institucional não ajuda o País a evoluir.

“Criar tensão institucional não ajuda o País a evoluir. Somos nós, autoridades, que temos de dar o exemplo de respeito às instituições e à ordem constitucional. O Brasil precisa de paz e responsabilidade para progredir”, postou Rodrigo Maia em suas redes sociais.

Maia defendeu ainda o diálogo para unir o País. “Só a democracia é capaz de absorver sem violência as diferenças da sociedade e unir a Nação pelo diálogo. Acima de tudo e de todos está o respeito às instituições democráticas”, disse o presidente.

Além do presidente da Câmara, líderes parlamentares de diversos partidos manifestaram contrariedade sobre o vídeo repassado pelo presidente Jair Bolsonaro, e divulgado pela imprensa, convocando manifestações para o dia 15 de março em defesa do governo.

O líder do Democratas, deputado Efraim Filho (PB), defendeu o diálogo para enfrentar os desafios do País. “Agora, com uma epidemia mundial batendo a nossa porta, é hora dos seus líderes estarem dialo-

gando e concentrando esforços conjuntos para enfrentarem esse desafio. A Constituição já dá a solução em seus princípios: “poderes independentes sim, porém harmônicos”, disse Efraim.

O líder da Oposição, deputado Alessandro Molon (RJ), criticou a fala do presidente e disse que vai ser articular com outros partidos para impedir quaisquer tentativas de rupturas democráticas.

“Basta! O próprio presidente convoca ato contra a democracia? Como Bolsonaro não consegue oferecer uma vida melhor ao povo, procura culpados: o Congresso, o Judiciário, a imprensa. As forças democráticas vão agir. Vamos nos unir para impedir outra ditadura!”, disse Molon.

Outro lado – O líder do PSL, deputado Eduardo Bolsonaro (SP), foi um dos poucos a defender o presidente. Ele afirmou que estão todos se unindo contra Bolsonaro e que

parte da imprensa quer criar atritos entre o Executivo e o Legislativo.

“E ainda tem isenção achando que engana: ‘eu não sou contra Bolsonaro, só estou criticando para ajudar o País’. Imaginem como estaria o Brasil com Haddad e daí façam suas críticas”, protestou.

Reação no Senado – No Senado, a divulgação do vídeo repassado pelo presidente também foi alvo de comentários. O líder da minoria na Casa, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), acusou o presidente Bolsonaro de agir como “um extremista” e não como presidente do país. E cobrou uma resposta dos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; do Senado, Davi Alcolumbre, e do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli.

“As forças democráticas precisam repudiar este comportamento vil e impedir a escalada golpista. A democracia exige defesa e retaliação ao

ocorrido”, declarou, citando ainda Ulysses Guimarães sobre a importância de se respeitar a Constituição.

Já a líder do Cidadania, Eliziane Gama (MA), destacou que sugerir o fechamento do Congresso coloca em risco a democracia, mas também pode comprometer acordos comerciais internacionais importantes para a economia do país.

“O presidente da República tem obrigação de preservar a harmonia entre os poderes. De forma alguma o presidente eleito pode ter qualquer relação, mesmo que distante, com ato que sugere fechamento do Congresso Nacional e subversão da ordem democrática. O Brasil é signatário de dezenas de acordos comerciais que podem ajudar muito os brasileiros, e todos estes acordos multilaterais são feitos com democracias. Sugerir subversão da ordem democrática e fechamento do Congresso é uma afronta a esses acordos, é uma afronta ao Brasil”. ■

Apoio às manifestações

Integrante da base governista, a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), defendeu o general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, que no início do mês disse que o governo não deveria “ceder às chantagens” do Congresso em relação à derrubada dos vetos do presidente Jair Bolsonaro ao orçamento impositivo – uma das pautas da manifestação do dia 15.

- Eu estou nos bastidores e posso dizer com propriedade: não duvidem do general Heleno – afirmou a senadora.

Soraya disse ainda que não falta articulação por parte do governo junto ao Congresso, mas falta caráter àqueles que se comprometeram com o governo.

- O plano era pessoal, caímos como patetas. Vamos pressionar o Planalto pela saída do MDB das lideranças do governo.

Major Olímpio (SP), líder do PSL no Senado, reforçou que a pauta das manifestações era apoio ao veto presidencial ao orçamento impositivo e ao PL da prisão após segunda instância. Mas afirmou que, caso o presidente tenha mesmo compartilhado o vídeo contra o Congresso, a situação pode ficar “perigosa”.

- Eu ainda quero crer que possa ter havido um ruído de comunicação. Pode ter sido um familiar, o que já aconteceu em situações anteriores. Mas (se se confirmar) a coisa fica muito perigosa e pode gerar uma crise institucional. Uma relação que já é muito difícil hoje, pode ficar ainda mais desgastada.

O senador Kajuru (PS-B-GO) também apoiou as manifestações do próximo dia 15, assegurando que vai às ruas protestar. ■

Decano do STF emite nota

O movimento do presidente da República para radicalizar o conflito com o Parlamento não passa despercebido pelo Judiciário. Diante das notícias de que o próprio Jair Bolsonaro compartilhou convocação para um ato hostil ao Congresso, o decano do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso de Mello, cogitou, na manhã de quarta-feira (26), de possível enquadramento do presidente em crime de responsabilidade.

Eis a nota do decano do STF:

Essa gravíssima conclamação, se realmente confirmada, revela a face sombria de um presidente da República que desconhece o valor da ordem constitucional, que ignora o sentido fundamental da separação de poderes, que demonstra uma visão indigna de quem não está à altura do altíssimo cargo que exerce e cujo ato, de inequívoca hostilidade aos demais Poderes da República, traduz

gesto de ominoso desapareço e de inaceitável degradação do princípio democrático!!! O presidente da República, qualquer que ele seja, embora possa muito, não pode tudo, pois lhe é vedado, sob pena de incidir em crime de responsabilidade, transgredir a supremacia político-jurídica da Constituição e das leis da República!

Ainda a respeito do assunto, o também ministro do STF Gilmar Mendes, sem fazer menção expressa ao caso, defendeu, em sua conta no Twitter, o “respeito mútuo” entre poderes:

“A CF88 garantiu o nosso maior período de estabilidade democrática. A harmonia e o respeito mútuo entre os Poderes são pilares do Estado de Direito, independentemente dos governantes de hoje ou de amanhã. Nossas instituições devem ser honradas por aqueles aos quais incumbe guardá-las”, escreveu Mendes. ■

Comissão para motim

Uma comissão para buscar uma solução que ponha fim à paralisação de parte dos PMs do Ceará foi definida nesta quarta (26). Os nomes foram definidos após reunião na sede do MP estadual (MPCE), que sugeriu a criação do grupo. Pelo twitter, o presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado José Sarto (PDT-CE), afirmou que “a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE) buscará interlocutores com o movimento”. Até a meia-noite às 23h59 de segunda-feira (24), ao menos 170 pessoas foram assassinadas no Ceará desde o início do motim, no dia 19.

Escolas cívico-militares: 54 unidades são selecionadas

Instituições estão localizadas em 22 estados e no Distrito Federal

Implementação do modelo acontecerá ao longo do ano. Estado do Rio terá uma escola

em Santa Catarina, Paraná e Goiás; três em Minas Gerais, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Tocantins; duas no Acre, Amapá, Roraima, Ceará, Distrito Federal e Mato Grosso; e uma em Rondônia, Rio de Janeiro, Maranhão, Paraí-

ba, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo.

Policiais e bombeiros militares foram capacitados para trabalhar nas escolas. Na primeira rodada de capacitação, realizada em dezembro, em Brasília, o trabalho envolveu diretores e coordenadores de escolas, além de representantes de secretarias estaduais e municipais de Educação. A segunda rodada ocorreu neste mês, em Porto Alegre (RS). Foram capacitados 54 oficiais da reserva e da ativa das polícias e bombeiros militares e 17 profissionais das secretarias de Educação. ■